

Passados Presentes:
Memória da Escravidão e Políticas de Reparação
nas Políticas Públicas na Área de Educação no Brasil

projeto apresentado ao edital E15/2014
Cooperação Bilateral FAPERJ / Associação Columbia Global Center Brasil

Profa. Dra. Hebe Mattos

2014

SUMÁRIO

Resumo

Introdução

Relevância

Experiência Prévia da Equipe

Justificativa

Objetivos

Métodos

Resultados Esperados

Cronograma (*)

Plano de Trabalho dos Bolsistas (*)

Referências Bibliográficas

(*) O cronograma e o plano de trabalho dos bolsistas estão anexados nas áreas especificamente a eles destinados no sistema.

Resumo:

A presente proposta de pesquisa colaborativa visa a contribuir para a avaliação da implementação da Lei 10639/2003 que tornou obrigatório, nas escolas de ensino fundamental e médio do Brasil, o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira, entendida como política de reparação para o passado escravista brasileiro. Propõe também formas concretas de intervenção para empoderar os professores para o ensino do tema, em uma perspectiva que incorpore outras experiências da diáspora africana no Atlântico, especialmente as experiências do Caribe e dos Estados Unidos.

O projeto tem ainda, como um de seus objetivos, aprofundar uma conversação em curso, em âmbito internacional, entre pesquisadores da história e da memória da escravidão, sobre as conexões entre as diferentes experiências de escravização e as demandas contemporâneas por políticas públicas de reparação em relação ao passado escravista.

Durante muitos anos, a questão do racismo e a memória da escravidão na sociedade brasileira foram temas negligenciados nas políticas públicas de educação no Brasil, assentadas no mito da democracia racial brasileira. Nos últimos 20 anos, porém, as mais importantes medidas relativas a políticas de reparação em relação ao passado escravista e suas consequências de desigualdade racial no país foram implementadas na área da educação. Como exemplo, destacamos, especialmente, a adoção de cotas sociais e raciais para o ingresso nas Universidades Públicas, no qual as Universidades do Estado do Rio de Janeiro foram pioneiras, e a aprovação da Lei n. 10639/2003 que tornou obrigatório, no ensino fundamental e médio, o ensino de história da África e da cultura afro-brasileira.

O projeto é encabeçado por Hebe Mattos (História/UFF) e David Scott (Antropologia/Columbia University), à frente de uma equipe multidisciplinar e

interinstitucional no Rio de Janeiro (história e educação/ UFF, UNIRIO, UFRJ), em conexão com historiadores do grupo de pesquisa *Digital Black Atlantic*, da Columbia University, Christopher Brown e Nathasha Lightfoot e o apoio de Eric Foner, um dos mais importantes historiadores da escravidão e do pós emancipação nos Estados Unidos, recentemente ganhador do Prêmio Pulitzer por sua biografia de Abraham Lincoln.

A equipe de pesquisadores das duas universidades empreenderá ações em duas linhas de pesquisa:

Ações para avaliar o impacto da Lei 10639: a) nas formas como as demandas por reparação em relação ao legado do passado escravista estão sendo articuladas no Brasil; b) nas maneiras em que a história da África e da diáspora africana no Atlântico está sendo ensinada no Rio de Janeiro; c) nos livros didáticos de história escritos nos últimos 10 anos no Brasil; d) nas percepções dos alunos de ensino fundamental e médio do Rio de Janeiro sobre África, escravidão e cultura afro-brasileira; e) no desenvolvimento da pesquisa acadêmica em história da África e da história da cultura afro-brasileira no país; f) nas formas em que os professores do Rio de Janeiro de nível fundamental e médio estão sendo treinados para abordar esses tópicos em sala de aula.

Ações para criar plataformas digitais, em português e inglês, para computadores e tablets, de forma a expandir o alcance da Lei, oferecendo recursos para serem utilizados em sala de aula pelos professores no Brasil, de uma forma geral, e no Rio de Janeiro em particular. As duas plataformas propostas (*Lugares de Memória da diáspora africana no Rio de Janeiro* – um site e

aplicativo para localizar e dar informações sobre locais históricos relacionados aos africanos escravizados no Rio de Janeiro, e *Detetives do Passado* – um site e aplicativo em forma de jogo sobre a escravidão no mundo Atlântico no século XIX, desenvolvido especialmente para o ensino médio) serão acessíveis também para usuários de língua inglesa, sobretudo no Caribe e nos Estados Unidos, conectando a história da cultura afro-brasileira com a história da diáspora africana no Atlântico.

Introdução:

O presente projeto visa contribuir para o debate em curso em torno do tema das reparações para o passado escravista no Novo Mundo, buscando aprofundar a conversação entre pesquisadores da história e da memória da escravidão no Brasil, no Caribe e nos Estados Unidos, sobre diferentes experiências de escravização e demandas contemporâneas por políticas públicas de reparação.

A questão da escravidão no tempo presente é parcialmente (e talvez crescentemente) uma questão de justiça, uma discussão sobre a reparação pelos crimes do passado. A emergência das discussões sobre justiça reparatória, como parte de um debate mais amplo sobre a resolução de injustiças históricas relativas a genocídio, tortura, limpeza étnica, entre outros crimes coletivos, renovou a discussão contemporânea sobre a escravidão no Novo Mundo, para além das abordagens mais correntes sobre diáspora, racismo, memória e identidade. A questão fundamental da possibilidade de reparação – moral, política, cultural, e também econômica – também ocorre para injustiças históricas de caráter “sistêmico”, como a captura e escravização de africanos no Brasil, Caribe e Estados Unidos. Uma instituição de injustiça não apenas perpetrada e usufruída por indivíduos ou mesmo um Estado isoladamente por algumas décadas, mas perpetrada por centenas de anos por vários estados europeus ou americanos ilustrados ou baseados em constituições liberais. Uma instituição de injustiça que ajudou a criar a riqueza que deu origem às estruturas fundadoras do mundo contemporâneo. Neste sentido, trabalhar com uma equipe internacional mostra-se fundamental para enriquecer, em perspectiva verdadeiramente atlântica, o entendimento sobre as diferentes formas pelas quais o passado, especialmente os passados de injustiça, continuam vivos no presente e podem ser reparados.

A ideia de desenvolvimento do projeto surgiu, primeiramente, do encontro de

Hebe Mattos, Professora Titular de História do Brasil da UFF e Professora Visitante na Columbia University durante o ano letivo de 2013/2014 na cátedra Ruth Cardoso Columbia/CAPES/Fullbright, e David Scott, do departamento de Antropologia da Columbia University, que a convidou a participar de um projeto mais amplo sobre escravidão e reparação no mundo Atlântico. Ambos se conheceram nas reuniões do grupo de pesquisa da Columbia University, intitulado “Digital Black Atlantic”, voltado para a discussão de iniciativas de desenvolvimento de plataformas virtuais ligadas a pesquisa e ao ensino da diáspora negra no Atlântico, do qual também participavam os historiadores Christopher Brown e Nathalia Lightfoot (Columbia University), e em cujas discussões começaram a se integrar, através do trabalho prévio desenvolvido nesta área com Hebe Mattos, as historiadoras baseadas no Rio de Janeiro, Martha Abreu (UFF) e Keila Grinberg (UNIRIO).

Na temporada como Professora Visitante na Columbia, Hebe Mattos esteve também em contato com Eric Foner, a quem conhecera no Brasil em 1988, um dos mais importantes historiadores sobre a história das sociedades pós-emancipação nas Américas, com ênfase nos Estados Unidos pós-guerra civil. Em março de 2014, Martha Abreu visitou a Columbia University para participar de uma mesa redonda (Contemporary Debates on Race in Brazil), organizada pelo Institute of Latin American Studies. Nessa oportunidade, ambas entrevistaram Eric Foner, para um futuro dossier da Revista Brasileira de História da Associação Nacional de História (ANPUH), sobre sua experiência como historiador público do tema da história da escravidão e das sociedades pós-emancipação, atuando como curador de exposições e autor de material didático nos Estados Unidos. Eric Foner interessou-se em participar do projeto proposto por Hebe Mattos e David Scott como consultor especial.

Os demais integrantes da equipe brasileira incorporaram-se à proposta tendo em vista o trabalho coletivo anteriormente desenvolvido no Brasil, em conjunto com Hebe Mattos, relativos à avaliação da lei 10639 e à implementação de ações que ampliassem as

possibilidades abertas por ela em termos de justiça reparativa. Chegou-se assim também ao tema específico do projeto.

Nos últimos 20 anos, as mais importantes medidas relativas a políticas de reparação em relação ao passado escravista e suas consequências de desigualdade racial no Brasil foram implementadas na área da educação. Como exemplo, destacamos, especialmente, a adoção de cotas sociais e raciais para o ingresso nas Universidades Públicas, no qual as Universidades do Estado do Rio de Janeiro foram pioneiras, e a aprovação da Lei n. 10639/2003 que tornou obrigatório, no ensino fundamental e médio, o ensino de história e da cultura afro-brasileira e africana.

Desde o final da década de 1990, as noções de cultura e diversidade cultural, assim como as de identidades e relações étnico-raciais passaram a se fazer presentes nas normatizações estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura com vistas a regular o exercício do ensino fundamental e médio, especialmente na área de história. Isto não se fez por acaso. É na verdade um dos sinais mais significativos de um novo lugar político e social conseguido pelos chamados movimentos negros e anti-racistas no processo político brasileiro e no campo educacional em especial e de suas demandas por reparação.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), aprovados pelo MEC, em 1996, introduziram conteúdos de História africana e aprovaram um “Tema Transversal” sobre “Pluralidade Cultural”, que devia incidir sobre todas as séries do ensino fundamental. Sem dúvida, precederam e prepararam a lei 10639 de 2003 e, posteriormente, o parecer e a resolução que instituíram as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino das Relações Étnico-Raciais e de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, aprovados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em março de 2004 e homologados em junho pelo Ministério da Educação. A resolução foi resultante do Parecer CNE/CP 3/2004 e teve como relatora a conselheira Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, da Câmara de Educação Superior do CNE. As conexões entre os dois textos, produzidos por governos de orientação política distintas, revelam como este tipo de intervenção resultou

principalmente do crescimento da força política dos movimentos negros na sociedade brasileira pós-redemocratização e da formação de um novo consenso no campo pedagógico, em relação ao chamado “mito da democracia racial” no Brasil.

Já nos PCNs, ainda que sem uma proposta específica, a questão da educação das relações étnico-raciais formava um importante pano de fundo para o eixo transversal da pluralidade cultural. Ela se tornará o foco central da Lei 10.639/2003 e do parecer aprovado pelas “Diretrizes...”, agora referindo-se, porém, de forma direta a políticas de reparação e de ação afirmativa em relação às populações afrodescendentes. As “Diretrizes...” trouxeram para o âmbito da escola, pela primeira vez, a discussão das relações raciais e do combate ao racismo no Brasil, temas antes silenciados ou negligenciados como problemas a partir de avaliações de que o Brasil se constituía como uma democracia racial.

A construção da ideia de democracia racial no Brasil se fez inicialmente, especialmente a partir das décadas de 30 e 40 do século XX, em oposição a teorias racistas anteriores e concorrentes, que pregavam o “branqueamento” da população brasileira (Guimarães, 2002: cap 3). Apesar disso, a relativa continuidade entre a ideologia do branqueamento e a noção de democracia racial, especialmente por seus efeitos de apagamento das diferenças étnicas e culturais na sociedade brasileira, fez esta perspectiva ser cada vez mais avaliada, especialmente a partir da década de 1960, como um mito fundador da nacionalidade ainda marcado pelo racismo (Fernandes, 1978: 249-269). O chamado “mito da democracia racial” é um dos eixos centrais abordados e denunciados pelas “Diretrizes...”, buscando “oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade.”

Relevância

Histórica e culturalmente, são muitas as Áfricas como também são muitas as Américas. Como ensinar a cultura africana ou afro-brasileira? Como pensar a herança africana nas Américas? Até que ponto os africanos não criaram novas culturas, nesse sentido mais (ou tanto mais) americanas do que africanas no chamado Novo Mundo? Como o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade das populações afrodescendente se configura como política de reparação à injustiça histórica da escravidão atlântica?

Esses são os desafios colocados aos historiadores e educadores que pretendem atuar para a implementação da Lei 10639 e de suas as “Diretrizes...”. Propor a ideia de uma cultura afro-brasileira a partir dos resíduos africanos que permaneceram, se por um lado pode facilitar as avaliações simplistas sobre a resistência à violência da escravização, por outro acaba desprezando o potencial de criatividade e transformação dos escravizados e seus descendentes.

Quando se rompe com uma perspectiva essencialista das relações entre identidade e cultura decorre que qualquer abordagem sobre as ambiguidades da identidade negra no Brasil torna-se indissociável do entendimento da experiência da escravidão moderna e de sua herança racializada espalhada pelo atlântico. No Brasil, este processo não se apresenta diferente, mesmo que tenha se desenvolvido de forma peculiar. A construção de uma identidade negra nas Américas não se fez como contra partida direta da existência ou da "sobrevivência" de práticas culturais africanas no continente, mas como resposta ao racismo e à sua difusão nas sociedades americanas.

Segundo Stuart Hall, “o momento essencializante é fraco porque naturaliza e des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural e biológico e genético. No momento em que o significante ‘negro’ é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político, e é alojado em uma categoria racial biologicamente construída, valorizamos, pela sua inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir” (Hall, 2003: 345).

Como articular políticas de combate ao racismo, especialmente na escola, sem tropeçarmos em essencialismos culturais? Como sugere o próprio Hall, uma boa possibilidade está em dirigir “a nossa atenção criativa para a diversidade e não para a homogeneidade da experiência negra”, apesar da evidente similaridade de um conjunto de experiências negras historicamente datadas (Hall, 2003: 346), como a diáspora e a escravidão.

É o que nos anima ao propor o presente projeto. Abordar as culturas e identidades negras em perspectiva Atlântico mostra-se extremamente relevante para evitar os riscos inerentes a uma perspectiva essencialista das políticas de identidade, sem esvaziar suas demandas legítimas por justiça reparativa.

Experiência Prévia da Equipe

David Scott é professor de Antropologia na Columbia University. Desde a publicação de “Refashioning Futures: Criticism after Postcoloniality” (1999) e “Conscripts of Modernity: The Tragedy of Colonial Enlightenment” (2004) tem se dedicado a estudar as formas de narrar a história do passado colonial no presente pos-colonial, tema do seu último livro “Omens of Adversity: Tragedy, Time, Memory, Justice” (2014). No momento, está finalizando novo livro sobre o teórico inglês Stuart Hall e inicia a pesquisa “Slavery and Repair”, com foco no mundo Atlântico.

A equipe de pesquisadores brasileiros vem trabalhando junto por muitos anos de forma multidisciplinar (história, educação) e interinstitucional (UFF, UNIRIO, UFRJ).

A coordenadora, Hebe Mattos, CNE_FAPERJ e pesquisadora 1 A do CNPq, é professora Visitante na Columbia University no momento da elaboração da presente proposta, onde ocupa a cátedra Ruth Cardoso, participa das discussões do grupo *Digital Black Atlantic* e está terminando um livro sobre identidade negra e memória da escravidão no Brasil. Tem extensa experiência em projetos de pesquisa colaborativa na

forma de plataforma digitais , tanto nacional como internacionalmente, com destaque para o projeto *Identidades do Rio*, apoiado pela FAPERJ (HYPERLINK "http://www.pensario.uff.br" www.pensario.uff.br) e para o site do *Festival Internacional do Filme de Pesquisa* (HYPERLINK "http://www.labhoi.uff.br/rff" www.labhoi.uff.br/rff), desenvolvido em colaboração com instituições de pesquisa da França e do Canadá. No Rio, trabalha em estreita colaboração com Martha Abreu (também CNE-FAPERJ e pesquisadora 1- CNPq) no LABHOI-UFF, com Elaine Monteiro, no projeto de extensão do Pontão da Cultura do Jongo e do Caxambu, com Keila Grinberg e Mariana Muaze (UNIRIO), no contexto da produção de plataformas digitais para o ensino da história social da escravidão e do pós-abolição, tema no qual o NUMEM-UNIRIO se constitui como referência; com Giovana Xavier, Amilcar Pereira e Mônica Lima (UFRJ), no contexto do Grupo de Trabalho da ANPUH sobre Emancipações e Pós-abolição no Mundo Atlântico. Esta interlocução prévia determinou a montagem da equipe brasileira do projeto.

Eric Foner é um dos mais influentes historiadores dos Estados Unidos para a historiografia sobre o pós-abolição no Brasil. Titular da cátedra DeWitt Clinton na Columbia University, é especializado em história dos Estados Unidos no período da Guerra Civil e Reconstrução. Seu livro mais recente, uma biografia de Abraham Lincoln (2011) ganhou os prêmios Pulitzer, Bancroft e Lincoln. Foi pioneiro na abordagem comparada do pós-abolição no Atlântico e em articular pesquisa de ponta e história pública no tema, com livros didáticos e curadoria de exposições.

Christopher Brown e Natasha Lightfoot, historiadores da escravidão (e de suas implicações éticas para o mundo ocidental) na Columbia University, interessados na construção de plataformas digitais como ferramentas de intervenção na memória pública e no ensino de história da diáspora africana no Atlântico, completam a equipe do projeto.

Objetivos:

A presente proposta de pesquisa colaborativa visa contribuir para a avaliação da implementação no Rio de Janeiro da Lei 10639/2003 que tornou obrigatório, nas escolas de ensino fundamental e médio do Brasil, o ensino de história da África e da cultura Afro-Brasileira, entendida como política de reparação para o passado escravista brasileiro e estruturar uma rede transnacional de pesquisa sobre o tema das reparações em relação à escravidão Atlântica. Propõe também formas concretas de intervenção para empoderar os professores para o ensino do tema, em uma perspectiva que incorpore outras experiências da diáspora africana no Atlântico, especialmente as experiências do Caribe e dos Estados Unidos. O projeto tem ainda, como um de seus principais objetivos, aprofundar reflexões teóricas em curso, em diálogos estabelecidos em âmbito internacional entre pesquisadores da história e da memória da escravidão, nos campos da história, da educação e dos estudos culturais, sobre as conexões entre as diferentes experiências de escravização e as implicações narrativas das demandas contemporâneas por políticas públicas de reparação em relação ao passado escravista, tanto no que se refere às formas quanto aos conteúdos veiculados.

Neste sentido, o projeto possui como objetivos específicos:

avaliar o impacto da Lei 10639 nas formas como as demandas por reparação em relação ao legado do passado escravista estão sendo articuladas e suas consequências no campo da educação,

- a) nas maneiras em que a história da África e da diáspora africana no Atlântico está sendo ensinada no Rio de Janeiro;
- b) nos livros didáticos de história escritos nos últimos 10 anos no Brasil;
- c) nas percepções dos alunos de ensino fundamental e médio do Rio de Janeiro sobre África, escravidão e cultura afro-brasileira;
- d) no desenvolvimento da pesquisa acadêmica em história da África e da história da cultura afro-brasileira no país;

e) nas formas em que os professores do Rio de Janeiro de nível fundamental e médio estão sendo treinados para abordar esses tópicos em sala de aula.

A implementação da Lei 10.639/03, ao problematizar o forte caráter eurocêntrico presente na construção da disciplina histórica no Brasil, e ao tornar possível a complexificação dos currículos e a inserção de histórias e culturas diferentes nos cotidianos escolares, tem o potencial para promover a construção de uma prática docente que questione preconceitos e que seja pautada pelos princípios da pluralidade cultural e do respeito às diferenças. Mas, para tanto, se faz necessária a efetiva incorporação no cotidiano escolar de novos conteúdos, narrativas e procedimentos didáticos pelas escolas e por seus professores. Como e até que ponto isto tem acontecido? Tal questão se constitui como importante foco dos estudos correntemente levados a cabo por boa parte da equipe brasileira do projeto.

Pensamos a sala de aula também como um lugar de produção de conhecimento. Que novos conhecimentos sobre o tema têm sido produzidos em sala de aula, na relação ensino-aprendizagem, por professores e alunos a partir da nova lei? Como as noções de identidade e de pluralidade cultural têm sido trabalhadas nas escolas públicas do Rio de Janeiro? E ainda como as narrativas sobre o passado escravista do Brasil têm sido (ou não) transformadas pelo campo aberto para novas pesquisas acadêmicas originado pela lei e, claro, como isso tem se refletido na produção de material didático disponível para as escolas?

Conforme detalharemos na metodologia, a experiência prévia e as pesquisas correntemente em desenvolvimento da equipe sobre esses temas se potencializam quando articuladas, seja do ponto de vista dos resultados empíricos quantitativos e qualitativos possíveis de serem obtidos, seja do ponto de vista teórico das implicações sociais e filosóficas do questionamento sobre novas formas narrativas sobre escravidão, memória, justiça e identidade na poscolonialidade.

Desenvolver ações para criar duas plataformas digitais com finalidades especificamente para-didáticas, em português e inglês, para computadores e tablets, de forma a expandir o alcance da Lei, oferecendo novas narrativas sobre o passado escravista para serem utilizados em sala de aula pelos professores no Brasil, de uma forma geral, e no Rio de Janeiro em particular. As duas plataformas propostas estarão acessíveis também para usuários do Caribe e dos Estados Unidos, conectando a história da cultura afro-brasileira com a história da diáspora africana no Atlântico.

Lugares de Memória da diáspora africana no Rio de Janeiro – um site e aplicativo para localizar e dar informações sobre locais históricos relacionados aos africanos escravizados no Rio de Janeiro;

Detetives do Passado – um site e aplicativo em forma de jogo sobre a escravidão no mundo Atlântico no século XIX, desenvolvido especialmente para o ensino médio.

Ambas as plataformas se ligam diretamente à temática da produção de novas narrativas sobre o passado escravista como formas de reparação à injustiça histórica da escravidão no Novo Mundo.

O Brasil, último país a abolir a escravidão nas Américas, recebeu mais de quatro milhões de africanos escravizados ao longo de quatro séculos. Só no século XIX, estima-se que cerca de dois milhões e meio de africanos tenham desembarcado no país. A maioria deles aportou no Rio de Janeiro, no Cais do Valongo e depois em portos clandestinos do litoral fluminense, e viveu o resto da vida nas plantações de café no Vale do Paraíba e na cidade do Rio de Janeiro. Como é sabido, os africanos escravizados e seus descendentes deixaram inúmeras marcas e contribuições para a cultura e a sociedade brasileiras. O Jongo e a Capoeira são patrimônios imateriais do Brasil que têm seu berço

no tráfico atlântico de africanos escravizados para o Rio de Janeiro. As comunidades remanescentes de quilombo existentes no estado, que também constituem patrimônio imaterial do país, estão diretamente ligadas a tais manifestações. Passados que se fazem presentes, contribuir para a preservação deste patrimônio imaterial é dever de memória em relação às vítimas da tragédia do tráfico negreiro e à sua herança cultural e um dos objetivos do projeto.

Comunidades Remanescentes de Quilombo, o Jongo e a Capoeira foram arrolados como marcos culturais da presença africana no *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil*, realizado sob coordenação de Martha Abreu, Hebe Mattos e Milton Guran, com apoio do Comitê Científico do Projeto *Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade* da UNESCO. A lista das indicações pode ser consultada no endereço HYPERLINK "http://www.labhoi.uff.br/node/1507" <http://www.labhoi.uff.br/node/1507>. Cada um dos 100 lugares de memória arrolados possui um verbete escrito por um especialista no tema. Dezenas de historiadores, antropólogos e geógrafos, em todo o Brasil, participaram da confecção dos verbetes. O inventário será alvo de uma publicação bilíngüe em preparação.

A plataforma *Lugares de Memória da diáspora africana no Rio de Janeiro* será desenvolvida com base no banco de dados resultante do inventário, disponibilizando imagens e referências sobre os lugares de memória do tráfico de escravos e da experiência dos africanos no Rio de Janeiro, acrescido da localização dos grupos remanescente de quilombo, grupos de jongo e principais grupos de capoeira em funcionamento no Estado, com verbetes que os apresentem de forma integrada a processos paralelos da diáspora africana no Atlântico (como exemplo, podemos citar o paralelismo do jongo com o Ring Shout americano, a importância da questão quilombola no Caribe, ou o processo de globalização da capoeira, que tem hoje o mais antigo mestre brasileiro vivo sediado em Nova York). A partir desses conteúdos, com base no site e no

banco de dados, a plataforma deverá possuir também uma interface em aplicativo para tablet, com GPS, de modo a incentivar e facilitar a visitação, por escolas e pelo público em geral interessado em cultura e turismo de memória.

A segunda plataforma proposta (Detetives do Passado [HYPERLINK "http://www.historiaunirio.com.br/numem/detetivesdopassado"](http://www.historiaunirio.com.br/numem/detetivesdopassado) www.historiaunirio.com.br/numem/detetivesdopassado) já existe de forma experimental, em português, com narrativas sobre a escravidão no Brasil do século XIX. Nossa intenc o   expandir os casos apresentados, incluindo narrativas do período pós-abolição no Brasil, e também casos que permitam uma reflexão sobre a história compartilhada da diáspora africana no Atlântico, relativos ao Caribe e aos Estados Unidos. Acreditamos que um site bilíngue, construído dessa maneira, voltado para estudantes e professores de ensino médio, pode encorajar reflexões sobre a experiência comum da diáspora africana no Atlântico, apesar das diferenç as demográficas e jurídicas, que também serão analisadas através dos casos selecionados. Pretendemos também atualizar a tecnologia utilizada no site, de forma a torná-lo compatível a todos os sistemas operacionais de computadores e também em tablets, em formato de aplicativo.

Métodos

Refletir teoricamente sobre a constru o de novas narrativas sobre o passado escravista como forma de responder aos desafios da justiç  reparativa em rela o   injustiç  histórica da escravidão atlântica   a principal questão de fundo do presente projeto. Metodologicamente, portanto,   a própria cria o da rede interdisciplinar e internacional de interlocu o entre os pesquisadores reunidos sua principal ferramenta metodológica.

Esta interlocu o se fará em torno de um caso específico, a lei 10639 de 2003 e sua implementa o, sobretudo no estado do Rio de Janeiro. Para tanto, nos próximos dois anos, iremos associar e discutir, em conjunto, os resultados de algumas pesquisas em

curso no Rio de Janeiro sobre o tema, com previsão de consolidação dos primeiros resultados empíricos ao final do primeiro ano dos trabalhos, quando deverá se realizar o primeiro dos seminários previstos no cronograma do projeto.

Em 2013, realizaram-se no Brasil uma série de seminários sobre os 10 anos da Lei 10.639, um deles organizado por Mônica Lima e Souza, na UFRJ. Mônica foi uma das principais educadoras envolvidas em diversas das iniciativas de produção de material didático e formação de professores para a implementação da lei. Sua contribuição para o presente projeto será comandar um balanço dos balanços realizados no último ano, bem como do crescimento da área de história da África no Brasil a partir da aprovação da lei 10639. Sua posição de professora de História da África na UFRJ e coordenadora do LEAFRICA, um dos mais ativos laboratórios de pesquisa em história da África surgido a partir de 2003 nas universidades brasileiras, lhe coloca em posição duplamente privilegiada para comandar o levantamento de dados nessas duas áreas. A pesquisa resultará num banco de dados disponível aos demais pesquisadores do projeto e em um reflexão pessoal sobre o tema comum da pesquisa, o possível (e desejável) surgimento de novas narrativas sobre o passado escravista na poscolonialidade.

Em paralelo, serão integradas ao projeto os resultados das pesquisas em curso no *Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História (Lepeh)*, do Departamento de Educação da UFRJ, do qual fazem parte Amilcar Araujo Pereira e Giovana Xavier, que acabou de aprovar um projeto de Grupo Emergente junto à Faperj. Nele, uma das propostas é construir um acervo digital com entrevistas de professores e alunos da educação básica, relacionadas às suas visões sobre o ensino de história da África e cultura afro-brasileira, aberto a consulta, disponibilizando novas narrativas e pensando a sala de aula como lugar alternativo de produção do conhecimento.

Para tanto, associaremos procedimentos qualitativos e quantitativos. Qualitativamente, serão discutidos um conjunto de entrevistas e registros em vídeo produzidos por Amilcar Araujo Pereira em diferentes escolas do Rio de Janeiro. Na fase

quantitativa, a abordagem da pesquisa se dará através da análise de questionários sobre a implementação da Lei 10.639/03 a ser formulados pela equipe do LAPEH e respondidos por professores de várias escolas das redes públicas na capital e no interior do estado do Rio de Janeiro.

Por fim, ainda incorporaremos a análise dos impactos da Lei 10639 na produção de livros didáticos nos últimos 10 anos, a partir da pesquisa de doutoramento de Cecília Guimarães, sob a orientação de Keila Grinberg.

Um primeiro balanço dos resultados reunidos será divulgado em site específico, bilíngue, e analisado em seminário conjunto quando da primeira missão de trabalho de campo de David Scott no Brasil. Hebe Mattos, Martha Abreu, Keila Grinberg e Mariana Muaze apresentarão reflexões específicas sobre a questão da narrativa da escravidão e do pós-abolição no Brasil na era digital. Eric Foner, Christopher Brown e Natasha Lihtfoot, historiadores da escravidão e do pós-emancipação no mundo atlântico, atuarão como debatedores de *papers* específicos, pessoalmente ou através da internet.

No segundo ano do projeto, trabalharemos para viabilizar as duas plataformas digitais bilíngues. Ambas são pensadas como pontes entre o conhecimento produzido na universidade e aquele construído na escola, a partir do envolvimento direto do historiador acadêmico com as formas possíveis de apreensão pública do conhecimento produzido por sua pesquisa.

A plataforma digital *Lugares de Memória da diáspora africana no Rio de Janeiro* será criada a partir da implementação de um centro de referência do Patrimônio Imaterial Afrodescendente do estado no LABHOI/UFF, na forma de um banco de dados com informações sobre os grupos portadores/praticantes das manifestações culturais relacionadas ao legado da experiência dos africanos escravizados no Rio de Janeiro (Grupos de Jongo, Comunidades Remanescentes de Quilombo, Rodas de Capoeira), acrescido às informações produzidas pelo *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil* do Projeto

Rota do Escravo: Resistência, Herança e Liberdade da UNESCO. Hebe Mattos trabalhará diretamente com a equipe da Columbia, em missão científica prevista na presente proposta, na formatação da dimensão atlântica e comparativa dos verbetes sobre Rio de Janeiro, que serão disponibilizados de forma bilíngue no site e no aplicativo previstos neste projeto.

A segunda plataforma proposta, Detetives do Passado, será desenvolvida a partir da experiência anterior (HYPERLINK "http://www.historiaunirio.com.br/numem/detetivesdopassado/" <http://www.historiaunirio.com.br/numem/detetivesdopassado/>). A plataforma continuará a ser expandida com a preocupação, por um lado, de divulgar pesquisas recentes na área de História e, por outro, mas não menos importante, de poder funcionar como uma ferramenta para “aprender a investigar”. A metodologia de trabalho tem como inspiração a perspectiva do método indiciário, tal como explicitada por Carlo Ginzburg em *Mitos, Emblemas e Sinais* (GINZBURG, 1990, p. 143-179). A partir do paralelo com o trabalho do detetive, o objetivo é mostrar como o conhecimento histórico se faz, necessariamente, como fruto de uma investigação. O objetivo último, no entanto, é que os alunos, ao realizarem as oficinas propostas, exercitem a autonomia. E assim sejam animados a seguir navegando pelo enorme arsenal de informações – inclusive históricas – que a internet fornece. Mas com seus próprios olhos.

Todas as oficinas são construídas a partir de um esquema básico: o caso, a tarefa, o passo a passo, e a solução. A partir do contato inicial com o “caso”, o aluno precisa consultar algumas “pistas” (fontes de pesquisa), que são acessadas ao longo do passo a passo, e que ajudam a realizar a tarefa proposta. Ele conhece a “solução” – ligada ao documento central a partir do qual aquela oficina foi montada – apenas no final. A objetivo principal é que, invertendo a lógica mais comum nos livros didáticos, o aluno não use as fontes apenas como ilustração, ou que não seja incentivado a analisar as fontes apenas depois de já ter lido sobre aquele assunto, como um complemento do aprendizado, mas, ao contrário, que as fontes sejam indispensáveis para a elaboração da atividade. Não

há, portanto, textos básicos ou explicativos sobre o tema, nas oficinas.

Para a ampliação proposta nesse projeto, continuaremos a buscar novos casos em que, para sua solução, os alunos sejam convidados a participar, ora como pessoa próxima, ora como o próprio protagonista da história, escravo, descendente ou liberto. O objetivo é abordar histórias que coloquem em evidência a diversidade da experiência de escravos, libertos e seus descendentes no século XIX e no pós-abolição, no Brasil, no Caribe e nos Estados Unidos, ainda que todas essas experiências estejam interligadas, de uma maneira ou de outra, pela marca do cativo ou de sua memória no pós-emancipação. Além disso, pretendemos criar situações em que os estudantes possam viver a experiência de ficar no lugar de pessoas reais, que viveram situações reais, permitindo alargar seus horizontes, interiorizar experiências de opressão, mas também de tolerância, e perceberem como todas as pessoas, mesmo quando vítimas das maiores violências, como a da escravização, apresentam-se ainda assim como sujeitos da sua própria história. Keila Grinberg, coordenadora da plataforma original, trabalhará diretamente na produção dos novos casos com a equipe da Columbia, em missão científica em Nova York, no âmbito do presente projeto.

Paralelamente aos trabalhos metodológicos para a implementação das plataformas, daremos continuidade à reflexão de fundo do projeto, com um segundo seminário para discutir os *papers* finais de todos os participantes, que deverão resultar em um e-book bilíngue, de título provisório: “Escravidão Atlântica, História Pública e Justiça Reparativa: o caso da lei 10639 no Brasil.”

Justificativa:

O ensino de História vem passando por uma grande renovação nos últimos anos, principalmente no que se refere à incorporação de novos temas e novas abordagens – dos quais os conteúdos propostos pelas *Diretrizes...* são bons exemplos – que se refletem, sobretudo, na melhoria da qualidade do material didático e para-didático hoje disponível

para os professores do ensino básico da rede pública e privada do país. Esta renovação, no entanto, ainda não encontrou grande correspondência na metodologia de ensino da disciplina. Mesmo com a incorporação dos novos temas e abordagens atualmente estudados pela historiografia brasileira, a forma como estes conteúdos vêm sendo apresentados aos alunos ainda segue sendo a mesma de tempos atrás, isto é, através de aulas expositivas, ainda que ajudadas e ilustradas pelas chamadas novas tecnologias (vídeos, CD-Roms, Internet etc.).

De fato, uma das grandes dificuldades contemporâneas no ensino de História, sobretudo no 2º segmento do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, tem sido a adequação metodológica dos resultados mais recentes das pesquisas acadêmicas às atividades ministradas em sala de aula. Apesar de os *Parâmetros Curriculares Nacionais* apontarem para soluções neste sentido, principalmente a partir da flexibilização dos currículos, alguns problemas permanecem; entre eles, o de como estabelecer uma via de mão dupla entre o conhecimento produzido na universidade e aquele construído na escola.

Já chamada de “o quadro negro do futuro”, antes do entretenimento online e do e-commerce, a internet, ao surgir, foi imediatamente atrelada a possibilidades de renovação de métodos de ensino. A expressão é do Secretário de Educação de Bill Clinton, dita em 1996, por ocasião da implantação da ligação, por telefone fixo, das salas de aula da Califórnia com a Internet (BRIGGS & BURKE, 2006, P. 303). A ideia de aliar os avanços tecnológicos e da comunicação a novas formas de educar já seduzia professores e universidades desde pelo menos a década de 1960, com a criação das primeiras Universidades Abertas na Europa, dedicadas ao ensino a distância, mais ou menos na mesma época em que a linguagem da educação em massa começava a mudar, e a ênfase na palavra “aprendizado” ganhava espaço em relação à quase *démodé* “ensino”. (BRIGGS & BURKE, 2006, pp. 307-308).

Como bem notou Camila Guimaraães Dantas (2008), os primeiros historiadores a chegarem na internet foram os amadores, seguidos por centros universitários e

instituições de memória. Atualmente, projetos de divulgação científica em História na internet, a maioria localizada nos Estados Unidos, estão mesclados a reflexões mais amplas sobre os documentos produzidos em meio digital e as novas formas de realização de pesquisa acadêmica, como o projeto Digital History ([HYPERLINK "http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/"](http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/) <http://chnm.gmu.edu/digitalhistory/>), desenvolvido por Daniel J. Cohen e Roy Rosenzweig na George Mason University, talvez o primeiro a, ao dirigir-se igualmente a historiadores profissionais e amadores que elaboram projetos na internet. Na Columbia University a questão tem merecido atenção especial do grupo de pesquisa Digital Black Atlantic ([HYPERLINK "http://socialdifference.columbia.edu/projects/digital-black-atlantic"](http://socialdifference.columbia.edu/projects/digital-black-atlantic) <http://socialdifference.columbia.edu/projects/digital-black-atlantic>).

Hoje, a maioria das atividades de historiadores na internet é relativa à digitalização de documentos e de acervos de instituições, tanto para preservá-los quanto para torná-los acessíveis a pesquisadores e interessados que dificilmente a eles teriam acesso. No Brasil, além de iniciativas governamentais, como o Projeto Resgate ([HYPERLINK "http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php"](http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php) http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php) que, em esforço sem precedentes, digitalizou aproximadamente 150.000 documentos, com 1,5 milhões de páginas manuscritas, do acervo do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa), e da atuação de instituições como a Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, fundamentais na discussão pública sobre a digitalização de acervos, são importantíssimas as iniciativas de grupos de pesquisa, que vêm elaborando projetos de digitalização e disponibilização online de documentos de outro modo praticamente inacessíveis ao pesquisador. Entre eles, o LABHOI/UFF, que vem, através de projetos coletivos ou individuais, se dedicando a digitalizar documentos, que incluem até mesmo acervos de outros países, como Cuba e Angola, bem como a criar acervos audiovisuais digitalizados a partir de seus projetos de história oral. ([HYPERLINK "http://www.labhoi.uff.br"](http://www.labhoi.uff.br) www.labhoi.uff.br).

Mas passadas várias décadas da invenção do “quadro negro do futuro”, e apesar de diversas iniciativas muito importantes, como o projeto – O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira – elaborado a partir da documentação da instituição, referente aos séculos XVI ao XIX, e voltado, ao mesmo tempo, para a difusão do acervo e para a

sala de aula. (HYPERLINK "<http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=134>" <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=134>) ou o portal “Teaching History”, ver HYPERLINK "<http://teachinghistory.org/>" <http://teachinghistory.org/>, da George Mason University, Estados Unidos, e as próprias experiências em curso no NUMEM-UNRIO, a serem expandidas neste projeto, que ajudam a mostrar a riqueza das possibilidades na área, os usos didáticos da internet ainda parecem bem modestos.

No Brasil, embora o campo tenha crescido bastante nos últimos anos, ainda são relativamente poucos os historiadores que se dedicam a pensar a forma como a História é ensinada nas escolas. A criação recente do Mestrado Profissional em Ensino da História da CAPES, do qual participam as três instituições do Rio de Janeiro participantes do presente projeto, pode ser um sinal auspicioso de que as tendências possam começar a ser revertidas nesse campo. Além disso, o ensino da história da escravidão possui dimensões de produção de novas narrativas sobre o passado escravista, com dimensões transnacionais e desdobramentos éticos para as discussões de justiça reparativa. Nossa propostas de implementação de plataformas virtuais bilíngues, voltadas para o ensino de história e para público geral, com conteúdos produzidos diretamente por pesquisadores responsáveis pelas pesquisas de ponta nos conteúdos divulgados, busca se apresentar como uma contribuição em ambos os sentidos.

Em um mundo cada vez mais globalizado, a articulação entre especialistas em história do Brasil, dos Estados Unidos e do Caribe, enfatizando as conexões entre as diferentes experiências de escravização e as implicações narrativas das demandas contemporâneas por políticas públicas de reparação em relação ao passado escravista, apresenta-se, assim, como a mais importante contribuição teórica e prática do projeto.

Resultados Esperados

Contribuir para reconceitualizar as formas de narrar a história do passado escravista no presente pos-colonial do mundo Atlântico, a partir da interlocução entre os pesquisadores do projeto, nos campos da história, da educação e dos estudos culturais.

Avaliar o impacto da Lei 10639, enquanto demanda por reparação em relação ao legado do passado escravista, com a publicação de resultados de pesquisas (papers com resultados parciais de pesquisa, artigo em revista especializada, capítulo de livro, teses e dissertações) sobre:

as maneiras em que a história da África e da diáspora africana no Atlântico está sendo ensinada no Rio de Janeiro;

as percepções dos alunos de ensino fundamental e médio do Rio de Janeiro sobre África, escravidão e cultura afro-brasileira;

o desenvolvimento da pesquisa acadêmica em história da África e da história da cultura afro-brasileira no país;

os livros didáticos de história escritos nos últimos 10 anos no Brasil;

as narrativas sobre escravidão e pos-colonialidade desenvolvidas no Brasil.

Homepage do projeto, que irá disponibilizar um acervo digital com entrevistas de professores e alunos da educação básica no Rio de Janeiro, os bancos de dados formados durante a pesquisa e o e-book bilíngue com os resultados finais da pesquisa coletiva.

Plataforma digital bilíngue *Lugares de Memória da diáspora africana no Rio de Janeiro* – site e aplicativo para localizar e dar informações sobre locais históricos relacionados ao dever de memória da sociedade brasileira com os africanos escravizados no Rio de Janeiro, com base nas pesquisas dos historiadores participantes do projeto;

Plataforma digital bilíngue *Detetives do Passado* – site e aplicativo em forma de jogo sobre as experiências vividas a partir da diáspora africana no mundo Atlântico nos séculos XIX e XX, desenvolvido especialmente para o ensino médio, com base nas pesquisas dos historiadores participantes do projeto.

Seminário parcial de pesquisa “Narrativa da escravidão e do pós-abolição na era digital”.

Seminário final do projeto: “Escravidão Atlântica, História Pública e Justiça Reparativa: o caso da lei 10639 no Brasil”.

E-book bilíngue com os textos do seminário final: “Escravidão Atlântica, História Pública e Justiça Reparativa: o caso da lei 10639 no Brasil”.

Em 10 de março de 2008, foi promulgada pelo Presidente da República a Lei 11.645, que modificava a Lei 10.639 de 2003, alterando mais uma vez um dos artigos das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394 de 1996), com objetivo de incorporar, de uma forma obrigatória, a História e a Cultura da população indígena no currículo oficial da rede de ensino brasileira (fundamental e média, pública e privada). Complementando a Lei 10.639, a Lei de 2008 esclareceu ainda que o “conteúdo programático” incluiria “diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira”. Determinava, portanto, o estudo da história da África e dos africanos, da luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, da cultura negra e indígena brasileira e do negro e do índio na formação da sociedade nacional. Propunha “resgatar as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil” nas diversas oportunidades curriculares, “em especial nas áreas de

educação artística e de Literatura e História brasileiras." A nova lei não apenas incluiu a obrigatoriedade da história indígena, ainda que seja este o campo em que teve maior impacto. O texto mais uma vez estimula diretamente o surgimento de novas narrativas sobre o passado colonial, integrando a experiência africana e indígena, como possibilidades de políticas de reparação a injustiças históricas. As pesquisas históricas mais recentes sobre a história indígena e a história da diáspora africana no Atlântico também convergem nesse sentido e têm cada vez mais se conectado. Historicizam a questão étnica e o problema racial no mundo colonial e as relacionam com as bases morais e legais da escravidão atlântica. Neste sentido, refletir teoricamente sobre os sentidos da reformulação da lei 10639, oferecendo possíveis subsídios para a implementação da lei 11.645, são também resultados esperados pela pesquisa, ainda que definam também os limites empíricos da investigação. Sem dúvida, a incorporação da obrigatoriedade de ensino da História e Cultura Indígena busca reparar uma enorme lacuna em relação aos direitos dessas populações em ter reconhecido seu passado e identidades nos currículos oficiais das escolas no Brasil, mas avaliar os impactos dessa ampliação no ensino de história não está entre os objetivos deste projeto, ainda que eles já se façam sentir no que se refere especialmente às escolas indígenas e ao reconhecimento da pluralidade linguística no Brasil.

Referências Bibliográficas

Martha **Abreu**, and Hebe Mattos, "Stories of Jongs: Cultural Heritage, Hidden Memories and Public History in Brazil" in Audra A. Diptee and David V. Trotman (eds.) *Memory, Public History & Representation of the Past* (London: Africa World Press, 2012).

_____, Em torno das Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana: uma conversa com historiadores. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 21, p. 5-20, 2008.

Verena **Alberti**, and Amílcar Araujo Pereira, *Histórias do movimento negro no Brasil*

(Rio de Janeiro: FGV Ed., 2007).

Jeffrey **Alexander**, Ron Eyerman, Bernard Giesen, Neil Smelser, and Piotr Sztompka, *Cultural Trauma and Collective Identity* (Berkeley: University of California Press, 2004).

Hilary **Beckles**, *Britain's Black Debt: Reparations for Caribbean Slavery and Native Genocide* (Kingston: University of the West Indies Press, 2013).

Mary Frances **Berry**, *My Face is Black is True: Callie House and the Struggle for Ex-Slave Reparations* (New York: Vintage, 2006).

Boris **Bittker**, *The Case for Black Reparations* (1973; Boston: Beacon Press, 2003).

Robin **Blackburn**, *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848* (London: Verso, 1988).

_____, *The Making of New World Slavery: From the Baroque to the Modern, 1492-1800* (London: Verso, 1997).

_____, *The American Crucible: Slavery, Emancipation, and Human Rights* (New York: Verso, 2013)

Bernard **Boxill**, *Blacks and Social Justice* (Lanham: Rowman and Littlefield, 1992)

Asa **Briggs**, and Peter Burke *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. (Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006)

Roy L. **Brooks**, *When Sorry is Not Enough: The Controversy Over Apologies and Reparations for Human Injustice* (New York: NYU Press, 1999).

_____, *Atonement and Forgiveness: A New Model for Black Reparations* (Berkeley: University of California Press, 2004).

Alfred **Brophy**, *Reparations: Pro and Con* (New York: Oxford University Press, 2008).

Christopher **Brown**, *Moral Capital: Foundations of British Abolitionism* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2006)

J. Angelo **Corlett**, *Race, Racism, and Reparations* (Ithaca: Cornell University Press, 2003).

_____, *Heirs of Oppression: Racism and Reparations* (Lanham: Rowman and Littlefield, 2010).

David Brion **Davis**, *The Problem of Slavery in Western Culture* (New York: Oxford University Press, 1988).

Camila Guimarães **Dantas**, “O passado em bits: memórias e história na internet”. *Dissertação de Mestrado* (Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Memória Social/UNIRIO, 2008).

_____, *The Problem of Slavery in the Age of Revolution, 1770-1823* (New York: Oxford University Press, 1999).

_____, *The Problem of Slavery in the Age of Emancipation* (New York: Knopf, 2014).

Pablo de **Greiff**, *Handbook of Reparations* (New York: Oxford University Press, 2008).

Nicholas **Draper**, *The Price of Emancipation: Slave-Ownership, Compensation, and British Society at the End of Slavery* (Cambridge: Cambridge University Press, 2010).

Florestan **Fernandes**, *A integração do Negro na Sociedade de Classes*, (São Paulo: Atica_Ensaio 34, 3ª. ed., 1978).

Eric **Foner**, *Nothing But Freedom: Emancipation and Its Legacy* (Baton Rouge: Louisiana State University Press. 1983).

_____, *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery* (New York: Norton, 2011).

Paul **Gilroy**. *The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness*. London: Verso, 1993

Carlo **Ginzburg**, “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” in *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história* (São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

Flavio **Gomes**, Juliana Barreto Farias, and Giovana Xavier, *Mulheres Negras no Brasil escravista e pós-emancipação* (Rio de Janeiro: Selo Negro, 2012).

Keila **Grinberg**, and Sue Peabody, *Slavery, Freedom, and the Law in the Atlantic World: A Brief History with Documents* (Boston: Martin’s Press, 2007).

Antonio Sergio **Guimarães**, *Classes, raças e democracia* (São Paulo: Editora 34, 2002).

Stuart **Hall**, *Da Diáspora, Identidades e Mediações Culturais*, Belo Horizonte: Humanitas, organização Liv Sovik, 2003.

Monica **Lima**, *Heranças Africanas no Brasil* (Rio de Janeiro: CEAP, 2009).

Paul **Lovejoy**, Benjamin Bowser, and Monica Lima, “The sound of drums: teaching and learning African history and the history of Africans in Brazil,” in Paul Lovejoy and Benjamin Bowser (eds.) *The Transatlantic Slave Trade and Slavery: New Directions in Teaching and Learning* (Trenton, NJ: Africa World Press, 2013).

Martha **Minow**, *Between Vengeance and Forgiveness: Facing History after Genocide and Mass Violence* (Boston: Beacon, 1999).

Hebe **Mattos**, *Das Cores do Silêncio. Significados da Liberdade no Sudeste Escravista. Campinas* (Editora da UNICAMP, 2013)

_____, “‘Remanescentes de Quilombos’: Memory of Slavery, Historical Justice, and Citizenship in Contemporary Brazil,” in *Proceedings of the Seventh Annual Gilder Lehrman Center International Conference* at Yale University, 2005.

_____, “O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil” in Martha Abreu & Rachel Soihet, *Ensino de História* (Rio de Janeiro, Casa da Palavra/Faperj: 2003).

_____, (ed.) *Díáspora Negra e Lugares de Memória* (Niterói: EDUFF, 2013).

Hebe **Mattos**, Rebecca Scott, et al *The Abolition of Slavery and the Aftermath of Emancipation in Brazil* (Durham: Duke University, 1989).

Mariana **Muaze**, *Memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2008).

Mariana **Muaze** and Ana Maria Monteiro, (eds.) *Ensino de História e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas* (Rio de Janeiro: Ed Palas, 2013).

Jeffrie **Murphy**, *Getting Even: Forgiveness and its Limits* (New York: Oxford University Press, 2004).

Orlando **Patterson**, *Slavery and Social Death: A Comparative Study* (Cambridge: Harvard University Press, 1982).

_____, *Freedom in the Making of Western Culture* (New York: Basic Books, 1992).

Amilcar Araujo **Pereira**, *O Mundo Negro: relações raciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil* (Rio de Janeiro: Ed Palas, 2013).

Randall **Robinson**, *The Debt: What America Owes to Blacks* (New York: Dutton, 2000).

Ronald Paul **Salzberger** and Mary C. Turck, *Reparations for Slavery: A Reader* (Lanham: Rowman and Littlefield, 2004).

David **Scott**, *Refashioning Futures: Criticism after Postcoloniality* (Princeton: Princeton University Press, 1999).

_____, *Conscripts of Modernity: The Tragedy of Enlightenment* (Durham: Duke University Press, 2004).

_____, *Omens of Adversity: Tragedy, Time, Memory, Justice* (Durham: Duke University Press, 2014).

_____, “The Moral Justification for Reparations for New World Slavery” in Robert Nichols and Jakeet Singh (eds.) *Freedom and Democracy in an Imperial Context: Dialogues with James Tully* (New York: Routledge, 2014).

Ruti **Teitel**, *Humanity’s Law* (New York: Oxford University Press, 2011)

Janna **Thompson**, *Taking Responsibility for the Past: Reparation and Historical Injustice* (Cambridge: Polity, 2002).

_____, *Intergenerational Justice: Rights and Responsibilities in an Intergenerational Polity* (New York: Routledge, 2013).

John **Torpey**, *Making Whole What Has Been Smashed: On Reparations Politics* (Cambridge: Harvard University Press, 2006).

Margaret Urban **Walker**, *Moral Repair: Reconstructing Moral Relations after Wrongdoing* (Cambridge: Cambridge University Press, 2006).

Raymond A. **Winbush** (ed.) *Should America Pay? Slavery and the Raging Debate on Reparations* (New York: Amistad, 2003).

Craig Steven **Wilder**, *Ebony and Ivy: Race, Slavery, and the Troubled History of American Universities* (New York: Bloomsbury, 2013).

\

ANEXO: Mini-Cvs dos pesquisadores

David Scott é professor no Departamento de Antropologia da Columbia University. Especialmente desde a publicação de “Refashioning Futures: Criticism after Postcoloniality” (1999) e “Conscripts of Modernity: The Tragedy of Colonial Enlightenment” (2004) tem se dedicado a pensar a reconceitualização das formas de narrar a história do passado colonial no presente pos-colonial. Para isso, desenvolveu diversas pesquisas, tendo o Caribe como principal campo de trabalho, sobre tradição e gerações, diálogo e crítica, auto-determinação e soberania, tragédia e temporalidade, justiça de transição e liberalismo. Seu livro mais recente “Omens of Adversity: Tragedy, Time, Memory, Justice” (2014) aborda algumas dessas questões. No momento, ele está completando o livro “Stuart Hall’s voice: Style, Dialogue, and the Ethos of Receptive Generosity”, baseado em conferências ministradas na University of the Western Cape, na África do Sul, em 2013, sobre o teórico inglês Stuart Hall, um dos autores que informam a abordagem do presente projeto, e iniciando estudo sobre a possibilidade de reparações para a escravidão no Novo Mundo como injustiça histórica e suas implicações narrativas, linha de pesquisa na qual a presente proposta está incluída. David Scott é fundador e editor da revista acadêmica *Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism* e é o coordenador geral do presente projeto junto com Hebe Mattos.

Hebe Mattos é Professora Titular de História do Brasil na Universidade Federal Fluminense, Cientista do Nosso Estado da FAPERJ e pesquisadora 1 A do CNPq. É professora Visitante na Columbia University no momento da elaboração da presente proposta, onde ocupa a cátedra Ruth Cardoso do *Center for Brazilian Studies*, participa das discussões do grupo de discussão *Digital Black Atlantic* e está terminando um livro sobre identidade negra e memória da escravidão no Brasil. É autora de diversos livros, artigos e capítulos de livro sobre escravidão e pós-emancipação no Rio de Janeiro, entre eles, *Das Cores do Silêncio* (1995, 1998, 2013), que acaba de ganhar sua terceira edição revista pela Editora da Unicamp. É coordenadora associada do Laboratório de História

Oral e Imagem (LABHOI/UFF), onde coordena desde 1994 o projeto coletivo *Memórias do Cativoiro-Passados Presentes* que resultou no livro *Memórias do Cativoiro* (2005), em diversos artigos e capítulos de livro publicados no Brasil e no exterior, e em 4 filmes documentários ([HYPERLINK "http://www.labhoi.uff.br/passadospresentes"](http://www.labhoi.uff.br/passadospresentes) www.labhoi.uff.br/passadospresentes). Também tem extensa experiência em projetos de pesquisa colaborativa na forma de plataforma digitais , tanto nacional como internacionalmente, com destaque para o projeto *Identidades do Rio*, apoiado pela FAPERJ ([HYPERLINK "http://www.pensario.uff.br"](http://www.pensario.uff.br) www.pensario.uff.br) e para o site do *Festival Internacional do Filme de Pesquisa* ([HYPERLINK "http://www.labhoi.uff.br/rff"](http://www.labhoi.uff.br/rff) www.labhoi.uff.br/rff), plataforma trilingue com filmes documentários sobre memória da escravidão, desenvolvida em colaboração com instituições de pesquisa da França e do Canadá. É a coordenadora geral da presente proposta juntamente com David Scott.

Eric Foner é titular da cátedra DeWitt Clinton no departamento de História da Columbia University, especializado em história dos Estados Unidos no período da Guerra Civil e Reconstrução, com inúmeros livros publicados. Seu livro mais recente, *The Fiery Trial: Abraham Lincoln and American Slavery* (2011) ganhou os prêmios Pulitzer Bancroft e Lincoln. O livro *Nothing But Freedom: Emancipation and Its Legacy* (1983) foi traduzido e publicado no Brasil em 1988 (Nada Além da Liberdade). Foi presidente da American Historical Association e da Sociedade de Historiadores americanos e é um dos mais influentes historiadores dos Estados Unidos na historiografia sobre o pós-abolição no Brasil. Eric Foner escreveu também livros para o ensino básico e foi curador de exposições, incluindo a premiada exposição "A House Divided : A América na era de Lincoln" da Chicago Historical Society. Neste projeto, vai atuar como consultor especial sobre história pública da escravidão e do pós-emancipação, além de participar dos debates sobre escravidão, reparação e políticas educacionais no mundo Atlântico e na curadoria dos casos a serem incorporados nas plataformas digitais propostas.

Christopher L. Brown é professor de História na Columbia University, especialista na história da Grã-Bretanha do século XVIII e na história comparada da escravidão e da abolição, com um segundo campo de atuação na era das revoluções e na história do mundo atlântico. É autor do livro *Moral Capital: Foundations of British Abolitionism* (2006). Atualmente, desenvolve trabalho de pesquisa sobre a experiência britânica ao longo da costa ocidental da África na época do comércio de escravos no Atlântico, e também sobre o declínio e queda da classe senhorial britânica na época da abolição da escravidão nas colônias inglesas. Neste projeto, vai participar dos debates em curso sobre escravidão, reparação e políticas educacionais no mundo Atlântico, e na curadoria dos casos a serem incorporados nas plataformas digitais propostas.

Natasha Lightfoot é Professora Assistente no departamento de História da Columbia University. É especialista em estudos da escravidão, emancipação, identidades negras, política e cultura nas áreas de Caribe, do mundo Atlântico e na história da diáspora africana. Seu próximo livro centra-se em formas cotidianas de liberdade dos negros da classe trabalhadora em Antígua após a emancipação. Na Columbia, ela ministra regularmente cursos sobre história comparada da escravidão e da abolição no mundo Atlântico. Neste projeto, vai participar dos debates em curso sobre escravidão, reparação e políticas educacionais no mundo Atlântico, e na curadoria dos casos a serem incorporados nas plataformas digitais propostas.

Martha Abreu é professora associada no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Cientista do Nosso Estado FAPERJ e pesquisadora 1 do CNPq. É especialista em história da cultura no Brasil oitocentista e no período pós-abolição e também em estudos comparativos sobre cultura negra no Atlântico. É autora de vários livros sobre esses temas e possui também publicações na área de educação, ensino de história e sobre patrimônio cultural no Brasil. É co-autora, com Hebe Mattos, de trabalhos acadêmicos sobre a Lei 10639 (2008 , 2010) e de três filmes documentários (*Memórias de cativos*, em 2005; *Jongos , Calangos e Folias: Música Negra, Memória*

e *Poesia*, em 2007; *Passados Presentes: Memória Negra no Sul Fluminense*, em 2011) sobre memória da escravidão, reivindicações de reparação e história pública no Brasil. Foi a principal coordenadora do "Inventário dos Lugares de Memória do tráfico atlântico de escravos e dos africanos escravizados no Brasil", uma iniciativa do projeto Rota do Escravo da UNESCO. Na presente proposta, atuará como coordenadora e uma das principais curadoras para a construção da plataforma digital sobre os lugares de memória de africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro, especialmente no que se refere ao patrimônio imaterial, além de participar dos debates sobre escravidão, reparação e políticas educacionais no mundo Atlântico em conjunto aos demais pesquisadores do projeto.

Keila Grinberg é Professora Associado no Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pesquisadora do CNPq. É especialista na história da escravidão no Brasil do século 19 e em metodologia do ensino de história. É autora de diversos artigos e livros acadêmicos nesses temas, incluindo uma edição especial na mais importante revista internacional sobre a escravidão no mundo Atlântico, *Slavery and Abolition* (2011) e o livro *Slavery, Freedom and the Law in the Atlantic World*, com Sue Peabody. Tem destacada atuação nas discussões sobre história pública e ensino de história, história e plataformas digitais e é também autora de duas coleções de livros didáticos de história para alunos do ensino fundamental e médio.

Desenvolveu o site *Detetives do Passado: escravidão no século XIX* (www.historiaunirio.com.br/numem/detetivesdopassado) com Anita Almeida, que será a base de uma das plataformas propostas por este projeto, a ser desenvolvida sob sua coordenação. Irá também participar dos debates sobre escravidão, reparação e políticas educacionais no mundo Atlântico em conjunto aos demais pesquisadores do projeto.

Mariana Muaze é Professora Associada no Departamento de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É especialista em história do Brasil do século 19, escravidão e metodologia do ensino de história. É autora do livro

Memórias da Viscondessa: Família e Poder no Brasil Império (2008). Atualmente, está desenvolvendo um projeto comparativo sobre a escravidão doméstica e as relações familiares, no Vale do Paraíba e no Mississippi Valley (1820-1860). Para a presente proposta, estará envolvida na discussão sobre escravidão, reparação e políticas educacionais no Brasil e também irá contribuir para desenvolver novos casos para a plataforma *Detetives do Passado*.

Monica Lima e Souza é Professora Associada de História da África na Universidade Federal do Rio de Janeiro IUFRRJ). Foi professora de ensino médio no Colégio de Aplicação da UFRJ por muitos anos, atuando na formação de professores de História. Desde a aprovação da Lei 10.639/2003, tem trabalhado como consultora para instituições públicas e privadas, tendo participado do desenvolvimento de projetos como *A Cor da Cultura* (<http://www.acordacultura.org.br/>). É autora de vários artigos e livros, entre eles, *Heranças Africanas no Brasil* (Rio de Janeiro: CEAP, 2009) e “The Sound of Drums: Teaching and Learning African History and the History of Africans in Brazil” (in *The Transatlantic Slave Trade and Slavery: New Directions in Teaching and Learning*. New Jersey: AWP, 2013). Para a presente proposta, ela vai se engajar nas tarefas de avaliação do impacto da Lei 10639 nas maneiras em que a história da África e da diáspora africana no Atlântico estão sendo ensinadas no Rio de Janeiro, bem como no desenvolvimento da pesquisa acadêmica em história da África e da história da cultura afro-brasileira no país. Irá também participar dos debates sobre escravidão, reparação e políticas educacionais no mundo Atlântico em conjunto aos demais pesquisadores do projeto.

Amilcar Araujo é Professor Associado no Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em história das relações raciais no Brasil, publicou diversos artigos e livros, entre eles, *O Mundo Negro: Relações raciais e a Constituição do Movimento Negro no Brasil Contemporâneo* (2013), *Histórias do Movimento Negro no Brasil* (2007, com Verena Alberti) e *Ensino de*

História e Culturas afro-Brasileiras e Indígenas (2013, com Ana Maria Monteiro). Para a presente proposta, vai coordenar atividades de pesquisa para avaliar o impacto da Lei No. 10.639 nas formas como as demandas por reparação em relação ao legado do passado escravista estão sendo articuladas por professores e alunos em sala de aula, bem como nas formas em que os professores do Rio de Janeiro de nível fundamental e médio estão sendo treinados para abordar esses tópicos em sala de aula. Irá também participar dos debates sobre escravidão, reparação e políticas educacionais no mundo Atlântico em conjunto aos demais pesquisadores do projeto.

Giovana Xavier é Professora Associada do Departamento de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenadora do grupo de trabalho Emancipações e Pós-abolição da Associação Nacional de História. É especialista em educação e relações étnico-raciais e na história das mulheres afro-brasileiras na era pós-emancipação. Tem publicado diversos artigos sobre ensino de história e gênero afro-brasileiro, raça e transnacionalismo no século 20 nas Américas. Organizou o livro *Mulheres Negras no Brasil escravista e Pós-emancipação* (com Flavio Gomes e Juliana Barreto Farias, 2012). Desenvolve atualmente o projeto de pesquisa "Depois da Abolição: Narrativas de História nas Escolas sobre o pós-emancipação", sobre as formas em que professores e alunos usam a memória da escravidão para o conhecimento histórico construído em sala de aula, que será integrado aos esforços coletivos do presente projeto. Irá também participar dos debates sobre escravidão, reparação e políticas educacionais no mundo Atlântico em conjunto aos demais pesquisadores do projeto.

Elaine Monteiro é Professora Adjunta no Departamento de Educação da Universidade Federal Fluminense. Desde a aprovação da Lei 10.639/2003 vem trabalhando com educação e patrimônio cultural entre as comunidades afro-brasileiras do Rio de Janeiro, sendo coordenadora do Pontão da Cultura do Jongo e do Caxambu, programa de extensão em parceria com comunidades jogueiras do sudeste. Para a presente proposta, será a responsável por articular a interação dessas comunidades com a

construção da plataforma digital sobre os lugares de memória de africanos e seus descendentes no Rio de Janeiro. Irá também participar dos debates sobre escravidão, reparação e políticas educacionais no mundo Atlântico em conjunto aos demais pesquisadores do projeto.

Cecilia Silva Guimarães é doutoranda na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sob orientação de Keila Grinberg. Leciona história no ensino fundamental e médio e História da África e da Metodologia de Ensino de História no Centro Universitário La Salle (UNILASALLE -RJ). Está atualmente desenvolvendo o projeto de pesquisa "10 anos da Lei 10.639: O ensino da história africana nas escolas públicas do Rio de Janeiro", que será incorporado à presente proposta. Irá também participar dos debates sobre escravidão, reparação e políticas educacionais no mundo Atlântico em conjunto aos demais pesquisadores do projeto.

